

ÍNDICE WJP DO ESTADO DE DIREITO

Fator 1: Poderes limitados do governo

- 1.1 Os poderes do governo são definidos pela Constituição do país.
- 1.2 Os poderes do governo são efetivamente limitados pelo legislativo.
- 1.3 Os poderes do governo são efetivamente limitados pelo judiciário.
- 1.4 Os poderes do governo são efetivamente limitados por auditorias e avaliações independentes.
- 1.5 As autoridades governamentais são sancionadas por má administração.
- 1.6 Os poderes do governo são efetivamente limitados por controle não governamental.
- 1.7 Transferências de poder ocorrem de acordo com a lei.

Fator 2: Ausência de corrupção

- 2.1 As autoridades do poder executivo não usam o cargo em benefício próprio.
- 2.2 As autoridades do poder judiciário não usam o cargo em benefício próprio.
- 2.3 As autoridades militares e policiais não usam o cargo em benefício próprio.
- 2.4 As autoridades do poder legislativo não usam o cargo em benefício próprio.

Fator 3: Ordem e segurança

- 3.1 O crime é efetivamente controlado.
- 3.2 Os conflitos civis são efetivamente limitados.
- 3.3 Os cidadãos não recorrem à violência para resolver problemas pessoais.

Fator 4: Direitos fundamentais

- 4.1 Tratamento igual e ausência de discriminação são efetivamente garantidos.
- 4.2 O direito à vida e à segurança da pessoa é efetivamente garantido.
- 4.3 O devido processo da lei e os direitos do acusado são efetivamente garantidos.
- 4.4 A liberdade de opinião e de expressão é efetivamente garantida.
- 4.5 A liberdade de fé e de religião é efetivamente garantida.
- 4.6 O direito à privacidade é efetivamente garantido.
- 4.7 A liberdade de reunião em assembleia e de associação é efetivamente garantida.
- 4.8 Os direitos fundamentais dos trabalhadores são efetivamente garantidos.

Fator 5: Governo aberto

- 5.1 As leis são compreensíveis para o público.
- 5.2 As leis são publicadas e amplamente acessíveis.
- 5.3 As leis são estáveis.
- 5.4 O direito de peticionar e a participação pública são efetivamente garantidos.
- 5.5 Projetos de lei são disponibilizados ao público.
- 5.6 Informações oficiais são disponibilizadas ao público.

Fator 6: Cumprimento efetivo de regulamentos

- 6.1 Os regulamentos governamentais são efetivamente cumpridos.
- 6.2 Os regulamentos governamentais são aplicados e cumpridos sem influências impróprias.
- 6.3 Os procedimentos administrativos são conduzidos sem atrasos excessivos.
- 6.4 O devido processo é respeitado nos procedimentos administrativos.
- 6.5 O governo não faz desapropriações de propriedades sem compensação adequada.

Fator 7: Acesso à justiça civil

- 7.1 Os cidadãos têm conhecimento dos recursos judiciais disponíveis.
- 7.2 Os cidadãos têm condições de acesso à assistência jurídica e representação.
- 7.3 Os cidadãos têm condições de acesso aos tribunais civis.
- 7.4 A justiça civil não faz discriminações.
- 7.5 A justiça civil está livre de corrupção.
- 7.6 A justiça civil está livre de influências do governo.
- 7.7 A justiça civil não está sujeita a atrasos excessivos.
- 7.8 As decisões da justiça civil são cumpridas.
- 7.9 Sistemas de Resolução Alternativa de Disputas (RAD) são acessíveis, imparciais e eficazes.

Fator 8: Eficácia da justiça criminal

- 8.1 Os crimes são efetivamente investigados.
- 8.2 Os crimes são julgados de forma eficaz e em tempo hábil.
- 8.3 O sistema correcional é eficaz na redução do comportamento criminal.
- 8.4 O sistema de justiça criminal é imparcial.
- 8.5 O sistema de justiça criminal é livre de corrupção.
- 8.6 O sistema de justiça criminal é livre de influências governamentais impróprias.
- 8.7 O sistema de justiça criminal concede ao acusado o devido processo da lei.

Fator 9: Justiça informal

- 9.1 A justiça informal é oportuna e eficaz.
- 9.2 A justiça informal é imparcial e livre de influências impróprias.
- 9.3 A justiça informal respeita e protege os direitos fundamentais.